

Por Júnior Carvalho

A [Associação Brasileira dos Planos de Saúde](#) (Abramge) e o [Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo](#) (IPSConsumo) lançaram nesta quinta-feira (21/11) grupo de estudos para diagnosticar os motivos da elevada judicialização de demandas relacionadas à saúde privada no país. A iniciativa foi anunciada durante congresso, realizado no Pavilhão da Bienal, em São Paulo, em que representantes do setor, da cúpula do Judiciário e do governo federal debateram os desafios da prestação de serviços de saúde suplementar e as medidas que devem ser tomadas para estancar a alta litigiosidade.

Segundo a presidente do IPSConsumo, Juliana Pereira, o objetivo é que o observatório identifique a razão de os conflitos envolvendo [planos de saúde](#) desaguarem no Judiciário. “O desafio que nós nos propusemos a enfrentar é entender por que se judicializa tanto. Há muitas pesquisas estatísticas, mas precisamos dar um passo de maior profundidade. É preciso entender se há situações que não estão contempladas pela regulação ou, se estão, por que ainda assim estão sendo judicializadas. Precisamos entender para além dos números”, frisou Juliana, que é advogada especializada em Direito do Consumidor e ex-chefe da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: ConJur, em 22.11.2024